

QUESTÕES LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO COMENTADAS

PROF. MARCOS GIRÃO



AGENTE DE TRÂNSITO – PROVA TIPO 01

31. Atente ao que se afirma a seguir sobre as Normas Gerais de Circulação e Conduta.

I. Todo condutor, ao efetuar a ultrapassagem, deverá indicar, com antecedência, a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço.

II. Todo condutor, ao efetuar a ultrapassagem, deverá aproximar-se do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que deixe livre uma distância frontal de segurança.

III. O condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, deverá reduzir a velocidade, dirigindo com atenção redobrada ou parar o veículo com vistas à segurança dos pedestres.

IV. Nas interseções e suas proximidades, o condutor deverá efetuar ultrapassagem.

É correto o que se afirma em

A) I, II e IV apenas.

B) I, II, III e IV.

C) I e III apenas.

D) II, III e IV apenas.

Comentário:

I. Certo. Todo condutor, ao efetuar a ultrapassagem, deverá indicar, com antecedência, a manobra pretendida, acionando a luz indicadora de direção do veículo ou por meio de gesto convencional de braço. (art. 29, XI, "a")

II. Errado. Todo condutor, ao efetuar a ultrapassagem, deverá **afastar-se** ~~aproximar-se~~ do usuário ou usuários aos quais ultrapassa, de tal forma que deixe livre uma distância frontal de segurança. (art. 29, XI, "b")

III. Certo. O condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros, deverá reduzir a velocidade, dirigindo com atenção redobrada ou parar o veículo com vistas à segurança dos pedestres. (art. 31)

IV. Errado. Nas interseções e suas proximidades, o condutor **NÃO** deverá efetuar ultrapassagem. (art. 31)

Gabarito: **Letra "C"**

32. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão. Assinale a opção que NÃO corresponde a um dos requisitos obrigatórios a serem preenchidos pelo condutor.

- A) Ser penalmente imputável.
- B) Saber ler e escrever.
- C) Possuir Carteira de Identidade ou equivalente.
- D) Possuir carteira de habilitação categoria A.

Comentário:

De acordo com o art. 140 do CTB:

Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos:

*I - **ser penalmente imputável**; (Item A)*

II - **saber ler e escrever;** (Item B)

III - **possuir Carteira de Identidade ou equivalente.**
(Item C)

Gabarito: **Letra "D"**

33. No que diz respeito à sinalização de trânsito, escreva V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma a seguir.

() *Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.*

() *É permitido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.*

() *Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.*

() *O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, sem ônus para quem o tenha colocado.*

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

A) V, V, F, V.

B) V, F, V, F.

C) F, F, V, F.

D) F, V, F, V.

Comentário:

(**V**) *Nas vias públicas e nos imóveis é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito. (art. 81)*

(**F**) *É **proibido** permitido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização. (art. 82)*

(**V**) Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via. (art. 85)

(**F**) O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, **com** ~~sem~~ ônus para quem o tenha colocado. (art. 85)

Gabarito: **Letra "B"**

34. Com base no Código de Trânsito Brasileiro – CTB –, antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá,

A) ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível.

B) ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo direito, tratando-se de uma pista de um só sentido.

C) durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem no mesmo sentido pela pista da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.

D) ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido.

Comentário:

A resposta você encontra no art. 38 do CTB.

A – Errado. Ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível do bordo **esquerdo** ~~direito~~ da pista e executar sua manobra no menor espaço possível.

B – Errado. Ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo **esquerdo** ~~direito~~, tratando-se de uma pista de um só sentido.

C – Errado. Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem no mesmo sentido **contrário** pela pista da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.

D – Certo. Ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido.

Gabarito: **Letra "D"**

35. Acerca da utilização de luzes em veículo, o condutor obedecerá à seguinte determinação:

A) manterá acesos os faróis do veículo, utilizando a luz alta, durante a noite e durante o dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias.

B) nas vias não iluminadas, o condutor deve usar luz baixa, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo.

C) a troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam no sentido contrário.

D) os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados, deverão utilizar-se de farol de luz alta durante o dia e a noite.

Comentário:

A – Errado. O condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando a luz **baixa** alta, durante a noite e durante o dia, nos túneis providos de iluminação pública e nas rodovias. (art. 40, I)

B – Errado. Nas vias não iluminadas, o condutor deve usar luz **alta** baixa, exceto ao cruzar com outro veículo ou ao segui-lo. (art. 40, II)

C – Certo. A troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam no sentido contrário. (art. 40, III)

D – Errado. Os veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados, deverão utilizar-se de farol de luz **baixa** alta durante o dia e a noite. (art. 40, parágrafo único)

Gabarito: **Letra "C"**

36. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

Nas vias urbanas, onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de

- A) 40 (quarenta) quilômetros por hora, nas vias coletoras.
- B) 60 (sessenta) quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido.
- C) 40 (quarenta) quilômetros por hora, nas vias arteriais.
- D) 50 (cinquenta) quilômetros por hora, nas vias locais.

Comentário:

A resposta é encontrada no art. 61, §1º, inciso I, "c":

Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I - nas vias urbanas:

a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido:

b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;

*c) **quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;***

d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;

Gabarito: **Letra "A"**

37. No que concerne ao julgamento das autuações e penalidades, pode-se afirmar corretamente que

A) o pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por setenta por cento do seu valor.

B) se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do infrator.

C) o auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se, no prazo máximo de noventa dias, não for expedida a notificação da autuação.

D) a interposição do recurso no prazo legal implica encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

Comentário:

A – Errado. O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por **oitenta** setenta por cento do seu valor. (art. 284)

B – Certo. se a infração for cometida em localidade diversa daquela do licenciamento do veículo, o recurso poderá ser apresentado junto ao órgão ou entidade de trânsito da residência ou domicílio do infrator.

C – Errado. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se, no prazo máximo de **trinta** ~~noventa~~ dias, não for expedida a notificação da autuação. (art. 281, parágrafo único)

D - A **NÃO** interposição do recurso no prazo legal implica encerramento da instância administrativa de julgamento de infrações e penalidades.

Gabarito: **Letra "B"**

38. Acerca das normas de obediência para o trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação, assinale com V ou F conforme seja verdadeiro ou falso o que se afirma nos itens abaixo.

() A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas no CTB, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda.

() A circulação far-se-á pelo lado esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.

() O condutor deverá guardar distância de segurança traseira e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas.

() O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

A) F, V, V, F.

B) V, F, V, V.

C) F, V, F, F.

D) V, F, F, V.

Comentário:

(**V**) A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, obedecida a sinalização regulamentar e as demais normas estabelecidas no CTB, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver sinalizando o propósito de entrar à esquerda. (art. 29, IX)

(**F**) A circulação far-se-á pelo lado **direito** esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas. (art. 29, I)

(**F**) O condutor deverá guardar distância de segurança **lateral** traseira e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas. (art. 29, II)

(**V**) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos só poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.

Gabarito: **Letra "D"**

39. Com base no Decreto nº 29.687/2009, que aprovou o regulamento dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Ceará, assinale a afirmação verdadeira.

A) Aplicar-se-á a pena de multa no caso de infração a qualquer dispositivo desta Lei para a qual inexista expressa previsão de penalidade diversa.

B) O cometimento de duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, sujeitará o infrator à concomitante aplicação das penalidades correspondentes a cada uma delas.

C) Aplicar-se-á a pena de revogação unilateral da concessão no caso de prestação inadequada ou ineficiente do serviço, a critério do Poder Concedente, sem necessitar de medida administrativa de revogação unilateral da permissão.

D) As penalidades aplicadas pelo Poder Concedente isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir dano causado a passageiro ou terceiro, decorrente da infração.

Comentário:

A – Errado. Aplicar-se-á a pena de **advertência** multa no caso de infração a qualquer dispositivo desta Lei para a qual inexista expressa previsão de penalidade diversa. (Decreto nº 29.687/09, art. 127, §2º)

B- Certo. O cometimento de duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, sujeitará o infrator à concomitante aplicação das penalidades correspondentes a cada uma delas. (art. 128)

C- Aplicar-se-á a pena de **caducidade da permissão** ~~revogação unilateral da concessão~~ no caso de prestação inadequada ou ineficiente do serviço, a critério do Poder Concedente, sem necessitar de medida administrativa de revogação unilateral da permissão.

D - As penalidades aplicadas pelo Poder Concedente **NÃO** isentam o infrator da obrigação de reparar ou ressarcir dano causado a passageiro ou terceiro, decorrente da infração (art. 126, parágrafo único).

Gabarito: **Letra "B"**

40. Assinale a opção que corresponde a uma infração considerada gravíssima.

A) Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes.

B) Estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal.

C) *Dirigir veículo com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias.*

D) *Estacionar o veículo impedindo a movimentação de outro veículo.*

Comentário:

A - Deixar o condutor de prestar socorro à vítima de acidente de trânsito quando solicitado pela autoridade e seus agentes → **GRAVE** (art. 177)

B) Estacionar o veículo nas esquinas e a menos de cinco metros do bordo do alinhamento da via transversal → **MÉDIA** (art. 181, I)

C - Dirigir veículo com validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias → **GRAVÍSSIMA** (art. 162, V)

D - Estacionar o veículo impedindo a movimentação de outro veículo → **MÉDIA** (art. 181, X)

Gabarito: **Letra "C"**

41. Constitui infração grave, deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito

A) *quando o pavimento se apresentar escorregadio, defeituoso ou avariado.*

B) *nas vias rurais cuja faixa de domínio esteja cercada.*

C) *ao aproximar-se de locais sinalizados sem advertência de obras ou trabalhadores na pista.*

D) *ao aproximar-se de ou passar por interseção sinalizada.*

Comentário:

De acordo com o art. 220, X, é infração grave:

A - deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito quando o pavimento se apresentar escorregadio, defeituoso ou avariado. (**Ok**)

B - nas vias rurais cuja faixa de domínio **NÃO** esteja cercada.

C - ao aproximar-se de locais sinalizados **COM** ~~sem~~ advertência de obras ou trabalhadores na pista.

D - ao aproximar-se de ou passar por interseção **NÃO** sinalizada.

Gabarito: **Letra "A"**

42. Assinale a opção que contém apenas infrações graves.

A) Seguir veículo em serviço de urgência, estando este com prioridade de passagem devidamente identificada por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes; forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem.

B) Transitar em marcha à ré, salvo na distância necessária a pequenas manobras e de forma a não causar riscos à segurança; deixar de deslocar, com antecedência, o veículo para a faixa mais à esquerda ou mais à direita, dentro da respectiva mão de direção, quando for manobrar para um desses lados.

C) Estacionar o veículo ao lado de outro veículo em fila dupla; transitar com o veículo na faixa ou pista da esquerda regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo.

D) Ultrapassar pela direita, salvo quando o veículo da frente estiver colocado na faixa apropriada e der sinal de que vai entrar à esquerda; executar operação de retorno com prejuízo da livre circulação ou da segurança, ainda que em locais permitidos.

Comentário:

A – Errado. Seguir veículo em serviço de urgência, estando este com prioridade de passagem devidamente identificada por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitentes (**art. 190, GRAVE**); forçar passagem entre veículos que, transitando em sentidos opostos, estejam na iminência de passar um pelo outro ao realizar operação de ultrapassagem. (**art. 191, GRAVÍSSIMA**)

B – Errado. Transitar em marcha à ré, salvo na distância necessária a pequenas manobras e de forma a não causar riscos à segurança (**art. 194, GRAVE**); deixar de deslocar, com antecedência, o veículo para a faixa mais à esquerda ou mais à direita, dentro da respectiva mão de direção, quando for manobrar para um desses lados (**art. 197, MÉDIA**).

C – Certo. Estacionar o veículo ao lado de outro veículo em fila dupla (**art. 191, XI, GRAVE**); transitar com o veículo na faixa ou pista da esquerda regulamentada como de circulação exclusiva para determinado tipo de veículo (**art. 184, II, GRAVE**).

D - Ultrapassar pela direita, salvo quando o veículo da frente estiver colocado na faixa apropriada e der sinal de que vai entrar à esquerda (**art. 199, MÉDIA**); executar operação de retorno com prejuízo da

livre circulação ou da segurança, ainda que em locais permitidos (**art. 205, I, GGRAVÍSSIMA**).

Gabarito: **Letra "C"**

43. Considerando a Resolução nº 670, de 18 de maio de 2017 – CONTRAN, que trata sobre o processo administrativo de troca de placas de identificação de veículos automotores em caso de clonagem, atente para as seguintes afirmações:

I. Veículo clonado é o veículo original que teve a sua Placa de Identificação Veicular (PIV) aplicada em outro veículo.

II. Veículo duplê ou clone é o veículo que utiliza a combinação alfanumérica da PIV do veículo clonado, apresentando sempre as mesmas características do veículo original, contudo, sem adulteração do Número de Identificação Veicular gravado no chassi.

III. A troca de placas de identificação de veículos automotores, com a substituição de caracteres alfanuméricos de identificação, será realizada mediante a instauração de processo administrativo pelo órgão executivo de trânsito da unidade da federação em que estiver registrado o veículo.

IV. Após a instauração do processo administrativo, e enquanto não for realizada a troca de placas, será inserida restrição administrativa de "suspeita de clonagem" no cadastro do veículo original, sendo obrigatória a retirada da restrição a pedido do proprietário do veículo duplê ou clone.

Está correto o que se afirma somente em

A) I, II e IV.

B) I e III.

C) III.

D) II e IV.

Comentário:

I. Certo. Veículo clonado é o veículo original que teve a sua Placa de Identificação Veicular (PIV) aplicada em outro veículo. (art. 2º, "a")

II. Errado. Veículo duplê ou clone é o veículo que utiliza a combinação alfanumérica da PIV do veículo clonado, apresentando sempre as mesmas características do veículo original, contudo, **com adulteração ou não** do Número de Identificação Veicular gravado no chassi. (art. 2º, "b")

III. Certo. A troca de placas de identificação de veículos automotores, com a substituição de caracteres alfanuméricos de identificação, será realizada mediante a instauração de processo administrativo pelo órgão executivo de trânsito da unidade da federação em que estiver registrado o veículo. (art. 3º)

IV. Certo. Após a instauração do processo administrativo, e enquanto não for realizada a troca de placas, será inserida restrição administrativa de "suspeita de clonagem" no cadastro do veículo original, sendo **facultada** ~~obrigatória~~ a retirada da restrição a pedido do proprietário do veículo duplê ou clone. (art. 4º, parágrafo único)

Gabarito: **Letra "B"**

44. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, constitui infração

A) *grave, cuja penalidade corresponde a multa, e a medida administrativa correspondente é a retenção do veículo até a colocação do cinto pelo infrator.*

B) *grave, cuja penalidade corresponde à suspensão do direito de dirigir por 30 (trinta) dias, e a medida administrativa correspondente é a retenção do veículo.*

C) *gravíssima, cuja penalidade corresponde a multa e suspensão do direito de dirigir por 30 (trinta) dias, e a medida administrativa correspondente é a retenção do veículo até a colocação do cinto pelo infrator.*

D) *gravíssima, cuja penalidade corresponde a multa, e a medida administrativa correspondente é a retenção do veículo.*

Comentário:

Segundo o disposto no art. 167 do CTB:

Art. 167. Deixar o condutor ou passageiro de usar o cinto de segurança, conforme previsto no art. 65:

*Infração - **grave**;*

Penalidade - multa;

*Medida administrativa - **retenção do veículo até colocação do cinto pelo infrator.***

Gabarito: **Letra "A"**

45. Considerando a Resolução nº 624, de 19 de outubro de 2016 – CONTRAN, que regulamenta a fiscalização de sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos, atente para seu artigo primeiro, transcrito a seguir:

"art. 1º Fica proibida a utilização, em veículos de qualquer espécie, de equipamento que produza som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência, que perturbe o sossego público, nas vias terrestres abertas à circulação".

Excetuam-se do disposto no artigo acima transcrito os ruídos produzidos por

I. buzinas, alarmes, sinalizadores de marcha-à-ré, sirenes, pelo motor e demais componentes obrigatórios do próprio veículo;

II. veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e comunicação que estejam em via pública;

III. veículos de competição e os de entretenimento público, somente nos locais de competição ou de apresentação devidamente estabelecidos e permitidos pelas autoridades competentes.

Estão corretas as complementações contidas em

A) I, II e III.

B) II e III apenas.

C) I e II apenas.

D) I e III apenas.

Comentário:

I. Certo. Buzinas, alarmes, sinalizadores de marcha-à-ré, sirenes, pelo motor e demais componentes obrigatórios do próprio veículo; (art. 2º, I)

II. Errado. veículos prestadores de serviço com emissão sonora de publicidade, divulgação, entretenimento e comunicação **desde que estejam portando autorização emitida pelo órgão ou entidade local competente** ~~que estejam em via pública;~~ (art. 2º, II)

III. Certo. veículos de competição e os de entretenimento público, somente nos locais de competição ou de apresentação devidamente

estabelecidos e permitidos pelas autoridades competentes. (art. 2º, III)

Gabarito: **Letra "D"**

46. O CONTRAN regulamentou a utilização de veículos quadriciclos por meio da Resolução nº 573/2015, que estabelece os requisitos de segurança e circulação desses veículos automotores. Considerando essa resolução, atente à seguinte proposição:

Devem ser observados os seguintes requisitos para a circulação de quadriciclos nas vias públicas:

I. placas de identificação traseira, com dimensões idênticas às de motocicleta e que atendam à legislação vigente;

II. lanterna de marcha à ré na cor branca quando o veículo permitir este tipo de deslocamento;

III. transporte apenas de passageiro maior de 7 anos;

IV. circulação restrita às vias urbanas, sendo proibida sua circulação em rodovias federais, estaduais e do Distrito Federal.

Estão corretas as complementações contidas em

A) I, II, III e IV.

B) I, II e III apenas.

C) III e IV apenas.

D) I, II e IV apenas.

Comentário:

A resposta está no art. 4º da Resolução nº 573/2015, que assim estabelece:

Art. 4º Devem ser observados os seguintes requisitos de circulação nas vias públicas para os veículos previstos no Art. 3º desta Resolução:

I - Placas de identificação traseira, com dimensões idênticas às de motocicleta e que atendam à legislação vigente;

II - Lanterna de marcha à ré na cor branca quando o veículo permitir este tipo de deslocamento;

III – Transporte apenas de passageiro maior de 7 anos.

IV – Circulação restrita às vias urbanas, sendo proibida sua circulação em rodovias federais, estaduais e do Distrito Federal;

Gabarito: **Letra "A"**

47. Atente ao que se diz a seguir acerca dos procedimentos sobre remoção, custódia e realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT (Resolução nº 623/2016 – CONTRAN), e assinale com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

() O condutor do veículo flagrado, só quando habilitado, poderá ser notificado e receber o termo de recolhimento ou documento equivalente, com eficácia de notificação.

() Considera-se notificado o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento, ainda que se recuse a assinar o termo de recolhimento.

() A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la não será considerada recebida.

() Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passará a contar os 60 (sessenta) dias para a alienação por leilão.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

A) F, F, V, F.

B) F, V, V, F.

C) V, F, F, V.

D) F, V, F, V.

Comentário:

(**F**) O condutor do veículo flagrado, **mesmo que não** só quando habilitado, poderá ser notificado e receber o termo de recolhimento ou documento equivalente, com eficácia de notificação. (art. 4º, §2º)

(**V**) Considera-se notificado o proprietário ou condutor presente no momento do recolhimento, ainda que se recuse a assinar o termo de recolhimento. (art. 4º, §3º)

(**F**) A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la não será considerada recebida. (art. 4º, 5º)

(**V**) Caso restem frustradas as tentativas de notificação presencial, postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, a notificação poderá ser feita por edital, a partir do qual passará a contar os 60 (sessenta) dias para a alienação por leilão. (art. 4º, §6º)

Gabarito: **Letra "D"**

48. Acerca dos requisitos de segurança para a circulação, a título precário, de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas, Resolução nº 508/2014 – CONTRAN, é vedado

A) transportar passageiros sentados.

B) transportar cargas em ambiente diferente dos passageiros.

C) utilizar veículos de carga tipo basculante e boiadeiro.

D) transportar passageiros nas partes internas.

Comentário:

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 508/2014:

Art. 5º Além das exigências estabelecidas nos demais artigos desta Resolução, para o transporte de passageiros em veículos de carga ou misto, é vedado:

I. transportar passageiros com idade inferior a 10 anos;

*II. transportar passageiros **em pé**; (item A, errado)*

*III. transportar cargas ~~no mesmo~~ ambiente **diferente** dos passageiros; (item B, errado)*

IV. utilizar veículos de carga tipo basculante e boiadeiro; (item C, certo)

V. utilizar combinação de veículos.

*VI. transportar passageiros nas partes **internas** externas. (item D, errado)*

Gabarito: **Letra "C"**

49. No que se refere à remoção, custódia e realização de leilão de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, por órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT– (Resolução nº 623/2016 – CONTRAN), relacione corretamente os itens listados a seguir aos seus respectivos conceitos, numerando a Coluna II de acordo com a Coluna I:

Coluna I

- 1. Remoção de veículos**
- 2. Recolhimento**
- 3. Custódia de veículos**
- 4. Leilão**

Coluna II

() Ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.

() Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

() Medida administrativa aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado, conforme o estabelecido no art. 271 do CTB.

() Procedimento administrativo de guarda e zelo de veículo recolhido a local apropriado diretamente por órgão público responsável pelo recolhimento, por órgão público conveniado, por particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) 1, 3, 4, 2.
- B) 2, 4, 1, 3.
- C) 3, 2, 1, 4.

D) 1, 3, 2, 4.

Comentário:

(**2**) Ato de encaminhamento do veículo ao pátio de custódia a qualquer título, decorrente de remoção, retenção, abandono ou acidente, realizado por órgão público ou por particular contratado por licitação pública, inclusive por meio de pregão.

(**4**) Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de veículos removidos ou recolhidos a qualquer título a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

(**1**) Medida administrativa aplicada pelo agente da Autoridade de Trânsito, quando da constatação da infração de trânsito que caracterize a necessidade de se retirar o veículo do trânsito, que será recolhido em local apropriado, conforme o estabelecido no art. 271 do CTB.

(**3**) Procedimento administrativo de guarda e zelo de veículo recolhido a local apropriado diretamente por órgão público responsável pelo recolhimento, por órgão público conveniado, por particular contratado por licitação, inclusive por meio de pregão, ou mediante credenciamento.

Gabarito: **Letra "B"**

50. Considerando a Resolução nº 466/2013 – CONTRAN, que dispõe sobre o objetivo da vistoria de identificação veicular, atente aos seguinte itens:

I. *recolher taxas aos cofres públicos;*

II. *verificar a legitimidade da propriedade;*

III. *verificar se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão funcionais;*

IV. *aferir a pontuação da carteira nacional de habilitação do proprietário do veículo.*

Corresponde ao objetivo da vistoria de identificação veicular o que consta em

A) I e IV apenas.

B) I, II, III e IV.

C) II, III e IV apenas.

D) II e III apenas.

Comentário:

Segundo o disposto no art. 2º, §2º da Resolução nº 466/2013:

Art. 2º (...)

§2º A vistoria de identificação veicular tem como objetivo verificar:

I - a autenticidade da identificação do veículo e da sua documentação;

II - a legitimidade da propriedade; (**item II, certo**)

III - se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão funcionais; (**item III, certo**)

IV - se as características originais dos veículos e seus agregados foram modificados e, caso constatada alguma alteração, se esta foi autorizada, regularizada e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito.

Gabarito: **Letra "D"**

51. Sobre a fiscalização de trânsito por intermédio de vídeo monitoramento em estradas e rodovias, Resolução nº 471/2013 – CONTRAN, é correto afirmar que

A) a autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, exercendo a fiscalização remota por meio de sistemas de vídeo monitoramento, poderão autuar condutores e veículos, cujas infrações por descumprimento das normas gerais de circulação e conduta tenham sido detectadas "online" por esses sistemas.

B) a fiscalização de trânsito mediante sistema de vídeo monitoramento está regida pelas mesmas normas que a fiscalização por "radares" de velocidade, por isso não necessita que as vias estejam devidamente sinalizadas para esse fim.

C) a autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, responsável pela lavratura do auto de infração, só precisa informar no campo "observação", no caso de cometimento de infração de natureza grave ou gravíssima.

D) o agente ou a autoridade de trânsito, responsável pela lavratura do auto de infração, podem realizar a fiscalização que trata esta

resolução, na forma de "gravação", ou seja, revisando os vídeos captados pelo sistema, mas que não ultrapassem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas do início da captação.

Comentário:

A – Certo. A autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, exercendo a fiscalização remota por meio de sistemas de vídeo monitoramento, poderão autuar condutores e veículos, cujas infrações por descumprimento das normas gerais de circulação e conduta tenham sido detectadas "online" por esses sistemas. (art. 2º)

B – Errado. a fiscalização de trânsito mediante sistema de vídeo monitoramento **somente poderá ser realizada nas vias que estejam devidamente sinalizadas para esse fim** (art. 3º)

C – Errado. A autoridade ou o agente da autoridade de trânsito, responsável pela lavratura do auto de infração, deverá informar no campo "observação" **a forma com que foi constatado o cometimento da infração.**

D – Errado. Não há essa previsão na Resolução em tela.

Gabarito: **Letra "A"**

52. Com base no CTB, é correto afirmar que transpor, sem autorização, bloqueio viário policial constitui infração

A) grave, cuja penalidade corresponde a multa e apreensão do veículo, e a medida administrativa correspondente é a remoção do veículo.

B) gravíssima, cuja penalidade corresponde a multa, apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir, e as medidas administrativas correspondentes são a remoção do veículo e o recolhimento do documento de habilitação.

C) gravíssima, cuja penalidade corresponde a multa e suspensão do direito de dirigir, e a medida administrativa correspondente é o recolhimento do documento de habilitação.

D) grave, cuja penalidade corresponde a multa, e são tomadas as medidas administrativas de remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação.

A questão cobrou o conhecimento da infração do art. 210 do CTB:

*Art. 210. Transpor, sem autorização, bloqueio viário policial;
Infração - gravíssima;*

*Penalidade - multa, **apreensão do veículo** e suspensão do direito de dirigir;*

Medida administrativa - remoção do veículo e recolhimento do documento de habilitação

Como se pode ver, ainda consta na letra da lei a previsão de penalidade de "apreensão do veículo" já revogada pela Lei nº 13.281/2016. No mundo real, essa penalidade não mais existe e nem pode ser aplicada, apesar de ainda o legislador não a ter retirado de algumas das infrações existentes.

Na nossa aula de Véspera, falamos que isso poderia acontecer e dito e feito! Dentre as opções de respostas, a mais correta seria mesmo a letra "C" pelo que ainda consta da letra da lei, e a letra D erra por sonegar a remoção de veículo como uma das medidas administrativas cabíveis. A banca não deveria ter corrido tal risco!

Há possibilidade de recurso? Sim, vocês podem argumentar que com a revogação do inciso IV do art. 256, a apreensão do veículo não tem mais eficácia legal, por isso, toda e qualquer menção ainda existente a ela no CTB foi revogada tacitamente. No entanto, a banca pode alegar que a penalidade ainda consta da letra da lei e que o item C aplicou corretamente a literalidade da norma.

O mais correto seria anular a questão! Recorram e vejamos como a banca se posicionará!

Gabarito: **Letra "B" (Cabe recurso)**

53. No que diz respeito à competência do DENATRAN com relação ao Sistema de Notificação Eletrônica (Resolução nº 622/2016 – CONTRAN), é correto afirmar que NÃO faz parte do rol de competências desse órgão

A) desenvolver e padronizar os procedimentos operacionais do Sistema de Notificação Eletrônica.

B) arbitrar conflitos entre os participantes.

C) definir as atribuições operacionais dos órgãos e entidades integradas.

D) realizar privativamente a cobrança e o recebimento dos valores das multas aplicadas aos condutores de veículos.

Comentário:

De acordo com o art. 3º da Resolução nº 622/2016:

Art. 3º Compete ao DENATRAN:

I - organizar e manter o Sistema de Notificação Eletrônica;

II - desenvolver e padronizar os procedimentos operacionais do Sistema de Notificação Eletrônica; (item A)

III - assegurar a correta gestão do Sistema de Notificação Eletrônica;

IV - definir as atribuições operacionais dos órgãos e entidades integradas; (item C)

V - cumprir e fazer cumprir esta Resolução e as instruções complementares;

VI - arbitrar conflitos entre os participantes. (item B)

Gabarito: **Letra "D"**

54. No que concerne ao uso do capacete motociclístico, segundo a Resolução nº 453/2013 –CONTRAN, é correto afirmar que NÃO constitui um item de fiscalização, por parte das autoridades de trânsito ou seus agentes, observar

A) se o capacete motociclístico utilizado é certificado pelo INMETRO.

B) o estado geral do capacete, buscando avarias ou danos que identifiquem a sua inadequação para o uso.

C) se o capacete pertence ao proprietário do veículo.

D) a aposição de dispositivo retrorrefletivo de segurança nas partes laterais e traseira do capacete motociclístico.

Comentário:

À luz do que dispõe o art. 2º da Resolução CONTRAN nº453/2016:

Art. 2º Para fiscalização do cumprimento desta Resolução, as autoridades de trânsito ou seus agentes devem observar:

I - Se o capacete motociclístico utilizado é certificado pelo INMETRO; (item A)

II - Se o capacete motociclístico está devidamente afixado à cabeça;

III - A aposição de dispositivo retrorrefletivo de segurança nas partes laterais e traseira do capacete motociclístico, conforme especificado no item I do Anexo; **(item D)**

IV - A existência do selo de identificação da conformidade do INMETRO, ou etiqueta interna com a logomarca do INMETRO, especificada na norma NBR7471, podendo esta ser afixada no sistema de retenção;

V - O estado geral do capacete, buscando avarias ou danos que identifiquem a sua inadequação para o uso; **(item B)**

Gabarito: **Letra "C"**

55. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:

A) de aptidão física e mental; escrito, sobre legislação de trânsito; de noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN; de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

B) escrito, sobre legislação de trânsito; de aptidão física e mental; noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN; de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

C) de aptidão física e mental; noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN; escrito, sobre legislação de trânsito; de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

D) de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se; de aptidão física e mental; escrito, sobre legislação de trânsito; e de noções de primeiros socorros.

Comentário:

A resposta para essa questão consta no art. 147 do CTB, que assim estabelece:

Art. 147. O candidato à habilitação deverá submeter-se a exames realizados pelo órgão executivo de trânsito, na seguinte ordem:

I - de aptidão física e mental;

II - (VETADO)

III - escrito, sobre legislação de trânsito;

IV - de noções de primeiros socorros, conforme regulamentação do CONTRAN;

V - de direção veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual estiver habilitando-se.

Já a Resolução nº168/2004, também exigida pelo Edital DETRAN/CE 2017/2018, assim estabelece em seu art. 4º:

Art. 3º Para a obtenção da ACC e da CNH o candidato devere submeter-se a realização de:

I – Avaliação Psicológica;

II – Exame de Aptidão Física e Mental;

III – Exame escrito, sobre a integralidade do conteúdo programático, desenvolvido em Curso de Formação para Condutor;

IV – Exame de Direção Veicular, realizado na via pública, em veículo da categoria para a qual esteja se habilitando.

Como o enunciado da banca não foi claro quanto à norma exigida, a questão trouxe alguma confusão para os candidatos. No entanto, mesmo tomando-se como base o dispositivo citado da Resolução nº168/04, não há outra opção de resposta correta que não a da letra "A", o que nos leva a deduzir que a banca usou a literalidade do CTB.

Como o enunciado suscitou causou dúvidas na decisão do candidato, pode-se tentar um recurso nessa linha. Não creio que a banca acate, mas sempre é bom tentar!

Gabarito: **Letra "A" (Cabe recurso)**

56. Atente ao que dispõe o artigo 16 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB: "Junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário funcionarão Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, órgãos colegiados responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades por eles impostas". Considerando a competência legal das JARI, observe os seguintes itens:

I. julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III. instruir os recursos interpostos das decisões do CONTRAN, ao ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito.

Faz parte da competência legal das JARI o que consta em

A) I, II e III.

B) II e III apenas.

C) I e II apenas.

D) I e III apenas.

Comentário:

I. Certo. julgar os recursos interpostos pelos infratores; (art. 17, I)

II. Certo. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma melhor análise da situação recorrida; (art. 17, II)

III. Errado. É competência do órgão máximo executivo da União instruir os recursos interpostos das decisões do CONTRAN, ao ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito. (art. 19, XXVI)

Gabarito: **Letra "C"**

57. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência constitui infração gravíssima, cuja penalidade corresponde a

A) multa (doze vezes) e suspensão do direito de dirigir por 10 (dez) meses; nesse caso, são tomadas as seguintes medidas administrativas: recolhimento do documento de habilitação e apreensão do veículo.

B) multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 06 (seis) meses; nesse caso, são tomadas as seguintes medidas administrativas: recolhimento do documento de habilitação e recolhimento do veículo.

C) multa (duas vezes) e suspensão do direito de dirigir por 08 (oito) meses; nesse caso, são tomadas as seguintes medidas

administrativas: recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo.

D) multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses; nesse caso, são tomadas as seguintes medidas administrativas: recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo.

Comentário:

De acordo com o famosíssimo art. 165 do CTB, dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência constitui infração gravíssima, cuja penalidade corresponde a multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses; nesse caso, são tomadas as seguintes medidas administrativas: recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo.

Gabarito: **Letra "D"**

58. Usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela, constitui infração gravíssima, para a qual é tomada a medida administrativa de remoção do veículo, e cuja penalidade corresponde a

A) multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 10 (dez) meses.

B) multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

C) multa (seis vezes) e suspensão do direito de dirigir por 08 (oito) meses.

D) multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 06 (seis) meses.

Comentário:

De acordo com o art. 253-A do CTB:

Art. 253-A. Usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela:

Infração - gravíssima;

Penalidade - **multa (vinte vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;**

Medida administrativa - remoção do veículo.

Gabarito: **Letra "B"**

59. Parar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinquenta centímetros a um metro é uma infração

A) grave, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa correspondente é a remoção do veículo.

B) média, cuja penalidade é multa.

C) gravíssima, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa correspondente é a remoção do veículo.

D) leve, cuja penalidade é multa.

Comentário:

De acordo com o art. 181, inciso III, parar o veículo afastado da guia da calçada (meio-fio) de cinquenta centímetros a um metro é uma infração **leve, cuja penalidade é multa.**

Gabarito: **Letra "D"**

60. Tomando-se por base o CTB, é correto afirmar que são regulamentadas pelo CONTRAN:

I. autorização para conduzir ciclomotores;

II. autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

III. normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos.

Estão corretas as complementações contidas em

A) I e III apenas.

B) I, II e III.

C) II e III apenas.

D) I e II apenas.

Comentário:

De acordo com o art. 141 do CTB:

Art. 141. O processo de habilitação, **as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos** e à **autorização para conduzir ciclomotores** serão regulamentados pelo CONTRAN.

§ 1º **A autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal ficará a cargo dos Municípios.**

Gabarito: **Letra "A"**

QUESTÕES PASSÍVES DE RECURSO: 52 e 55

Grande abraço e que Deus te abençoe nesse certame!

Prof. Marcos Girão